

## UNIVERSO SOCIAL: COMO A ACADEMIA ENXERGA A ENTRADA E PERMANENCIA DE PESSOAS TRANSEXUAIS/TRANSGÊNEROS E TRAVESTI

Pedro Hawyr Bezerra da Silva <sup>1</sup>

Ângela vitória Alves Leal <sup>2</sup>

Antonia Tayane souza costa <sup>3</sup>

Germana lima de almeida <sup>4</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa constitui-se como uma necessidade, apesar de incipiente, integrante à nossa sociedade atual para trazer pesquisas e democratizar esse assunto que é tão escasso na academia e na sociedade. De acordo com a Transgender Europe (TGEu) o Brasil lidera o ranking de países que mais matam pessoas transexuais, transgêneros e travestis (TTT) no mundo, e com certeza esse índice aponta para uma certa marginalização que priva esse grupo de assistências básicas, tais como: educação, emprego e posições sociais. Pensando nisso nos utilizamos da universidade como objeto de pesquisa por ser um ambiente extremamente importante para a construção social do amanhã e, por auxiliar para analisarmos como a academia se comporta em relação a essa desigualdade e o que ela está fazendo (direta ou indiretamente) para mudar essa realidade. Utilizamos como base norteadoras as mais relevante obras de Veiga e Guzzo (2016) e Licciardi *et al* (2015), para nos auxiliar na averiguação dos resultados e para servir de base para nossa pesquisa, que é de caráter exploratório, para isso, fomos a campo recolher informações para melhor desenvolver os resultados, que só comprovaram nossas hipóteses iniciais de que ainda há muito o que desenvolver-se no tocante à temática abordada, para que progressivamente haja respeito, já que a universidade é um universo afora do então existente, tendo assim seu papel a desconstrução do senso comum e construir pensamentos críticos para uma sociedade do amanhã mais justa para todos.

**Palavras-chave:** gênero, universidade, equidade.

### INTRODUÇÃO

A inclusão e discussão de gênero é algo que vem ganhando cada vez mais espaço nos debates e nas ações no Brasil, porém, não há muito que comemorar de acordo com *Transgender Europe* (TGEu) uma ONG europeia que pesquisa e disponibiliza dados sobre violência e contexto social desse grupo, foi registrado só no Brasil em 2016 a morte de 868 travesti e transexuais, um número alarmante e que coloca o Brasil no topo do ranking dos países que mais matam pessoas trans e travestis no mundo, isso porque em números aconteceram 2.190 casos de assassinatos de pessoas transexuais/transgêneras e travestir no mundo e só no Brasil foram relatados 868 casos que em percentual fica 39,63% dos casos.

<sup>1</sup> Graduando do Curso de pedagogia da Universidade Regional do Cariri - URCA, [pedrohawyr@gmail.com](mailto:pedrohawyr@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda pelo Curso de pedagogia da Universidade Regional do Cariri - URCA, [vleal3298@gmail.com](mailto:vleal3298@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de pedagogia da Universidade Regional do cariri - URCA, [tayane-luar@hotmail.com](mailto:tayane-luar@hotmail.com);

<sup>4</sup> Professor orientador: Mestre, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, [germanalima@alu.ufrn.br](mailto:germanalima@alu.ufrn.br)

Diante desses dados podemos compreender como a sociedade brasileira precisa se conscientizar e trabalhar para uma equidade social, então, pensando nisso surge um questionamento; se a universidade está formando as(os) futuras(os) profissionais de diversas áreas que atuaram em diversos espaços e formarão a futura geração e grade de poder, como ela está trabalhando para levar essa conscientização da realidade das pessoas transexuais/transgêneras e travestis? Como os acadêmicos veem a entrada desse grupo na universidade? Quais desafios da inclusão desse grupo?

Para nortear essa pesquisa procuramos referências bibliográficas de autores que retratassem o tema de inclusão dos transgêneros, travestis e transexuais na universidade. Entretanto não achamos um autor que disserte especificamente sobre o tema, comprovando assim que ações e discussões sobre gênero são temáticas novas que não estão tão presentes na sociedade e nem nas teorias e escritas acadêmicas.

Contudo, conseguimos utilizar a escrita de Veiga e Guzzo (2016) que pesquisa sobre o processo histórico e ressaltando o espaço acadêmico e profissional que esses grupos se encontram. As autoras ressaltam em sua obra a necessidade de debater sobre esse tema na academia, deixando assim de ser um assunto marginalizado. Utilizamos também da obra de Licciardi *et al* (2015) que vem falar sobre os desafios que esse grupo enfrenta no meio profissional, e uma pesquisa de opinião pública com acadêmicos da Universidade Regional do Cariri – URCA e uma entrevista com uma ex-aluna travesti da instituição.

## **OBJETIVOS**

### **GERAL:**

Compreender como a universidade trabalha questões de gênero e como os discentes enxergam os transexuais e travesti no espaço acadêmico.

### **ESPECÍFICOS:**

Mostrar a realidade desse grupo na universidade através de uma entrevista realizada com uma pessoa pertencente ao grupo pesquisada;

Identificar como o espaço acadêmico acolhe essas pessoas;

Analisar as respostas obtidas através do questionário;

Promover conhecimento sobre o tema.

## **METODOLOGIA**

A base da nossa pesquisa é bibliográfica descrita por Severino (2016) como “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (grifo do autor) (p. 131). Apesar da escassez de autores que dissertem sobre o tema conseguimos trabalhar com duas obras que nos nortearam durante o processo de pesquisa, obras essas de Veiga e Guzzo (2016) e Licciardi et al (2015) que foi de suma importância para obtermos uma base teórica sobre o assunto abordado no trabalho.

Nossa pesquisa tem um caráter exploratório que segundo Gil (1999, p.43) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, apresenta um cunho quantitativo e qualitativo, também é uma pesquisa de campo descrita por Gonsalves *apud* Veiga e Guzzo (2001, p.67), como “A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas”.

Realizamos uma entrevista com uma ex-acadêmica travesti da instituição (URCA) no dia 16/05/2019 às 09:30min, a entrevista foi feita na própria universidade, utilizamos o celular para gravar e papel e caneta para anotarmos algo que ficou subjetivo e gostaríamos de ressaltar durante a discussão. Aplicamos um questionário no dia 04/06/2019 às 20:30min para um grupo de 10 acadêmicos aleatórios de diversos cursos da URCA, o resultado foi transformado em percentual que será trabalhado nas discussões.

## **DESENVOLVIMENTO**

O Brasil, com o passar dos anos, logo após a época da Ditadura Militar, iniciou uma transformação radical em decorrência dos acontecimentos no período do Regime Militar, e uma das características dessa mudança foi o direito a voz e vez, como também, a inclusão de pessoas com deficiência, limitações e diferenças sexuais.

A inclusão dessas pessoas nos espaços sociais, políticos e estudantis é muito importante para o desenvolvimento da sociedade já que estamos passando por transformações, pois é necessária a inserção dos Transgêneros, Travestis e Transexuais – TTT nesses espaços e perceber o quanto ainda é nítida “[...] a emergência da luta de pessoas trans na sociedade brasileira e a consequente ocupação por essas pessoas de outros lugares sociais - lugares de visibilidade e de reconhecimento público.” (VEIGA e GUZZO, 2016, p. 184). Essas são questões fundamentais a serem discutidas cotidianamente.

Apesar de não ter conscientizado suficientemente os brasileiros as lutas não foram um desperdício, e Veiga e Guzzo (2016, p. 183) deixam bem claro quando afirmam que o primeiro caso que mais chamou atenção em relação a inclusão de pessoas TTT’s dentro da universidade foi um acontecimento que ocorreu no Brasil em que “No dia 9 de dezembro de 2013, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), situada no Ceará e na Bahia, dava posse à primeira professora universitária travesti do Brasil.”

A complexidade de aceitação existente na sociedade é consequência de um pensamento construído e reproduzido durante toda a vida das pessoas em que “o determinismo biológico de gêneros define nossos nomes, nossas roupas e nossos brinquedos. Além disso, a forma como a criança será educada e tratada pelos familiares e pela sociedade também dependerá do acaso desse determinismo.” (LICCIARDI *et al*, 2015, p. 203).

No início, as lutas dos TTT’s para se inserirem nesses espaços eram mais constantes do que na atualidade, isso porque com o passar dos anos algumas conquistas foram alcançadas e eles passaram a ter seu espaço na sociedade, com muita dificuldade ainda, como afirmam Veiga e Guzzo quando dizem que

[...] a presença de pessoas T’s nos espaços foi, durante muito tempo, causa de desconfortos e polêmicas, o que resultou em sua completa exclusão de qualquer espaço que não fosse o das margens: o trabalho em prostituição, o silêncio e, muitas vezes, a depressão e a morte. (2016, p. 185).

Nisso, Licciardi *et al* (2015, p. 204) afirmam que “A vida para um transgênero e seu processo de transição de identidade pode ser muito difícil, decorrendo problemas de aceitação, preconceitos e bullying.”, ou seja, são fatos que podem acarretar outras coisas e, portanto, atitudes discriminatórias devem ser repudiadas de modo a pensar no bem estar coletivo.

Além dos problemas mencionados têm também um fato bem visto cotidianamente, em que “A violência psicológica e a exclusão social de travestis, transexuais e transgêneros são as

principais razões para a marginalidade e a insegurança dessas pessoas.” (VEIGA e GUZZO, 2016, p. 187), os quais são vistos de forma grosseira e desvalorizada, se tornando pessoas depressivas e impossibilitadas de comunicação por se sentirem amedrontadas e desconfortáveis, porque “O preconceito e a discriminação impossibilitam que essas pessoas tenham uma existência digna socialmente, razão pela qual muitas entram na prostituição e desenvolvem problemas sérios de depressão.” (VEIGA e GUZZO, 2016, p. 187).

Dentre as pessoas TTT as mais afetadas são as mulheres, que sofrem diariamente só por serem consideradas um “sexo frágil”, ou seja, apenas por serem mulheres, e quando, além, de ser mulher, ainda está entre os TTT isso torna-se uma questão mais e mais discutida como afirmam Licciardi *et al* (2015, p. 207) “Mulheres transexuais e travestis sofrem hoje no Brasil uma marginalização compulsória. No geral, elas enfrentam dificuldades em quaisquer ambientes em que se inserem.”

Essas pessoas têm uma carga muito negativa nas costas, isso é consequência da “[...] dificuldade na obtenção de um emprego no mercado formal de trabalho, seja devido à baixa escolaridade, ou a falta de apoio do Estado para reconhecimento legal de sua condição feminina, ou mesmo ao preconceito inerente na sociedade [...]” (LICCIARDI *et al*, 2015, p. 208), em qualquer que seja o ambiente a desvalorização prevalece no dia a dia, trazendo à tona a desesperança de conquistas.

Essa desesperança vem dos insucessos da vida, mas, em contrapartida Veiga e Guzzo ressaltam que

A luta por dignidade faz com que muitas pessoas trans alcancem o empoderamento, tanto pessoal quanto dentro do movimento LGBT. Este empoderamento aumenta a visibilidade sobre a especificidade das opressões que as atravessam e os desafios a elas colocados: a retificação do nome e do gênero nos documentos, o acesso aos banheiros, a segurança, entre outros direitos básicos que, negados, impossibilitam a existência de pessoas trans em vários espaços. (2016, p. 188).

As lutas das pessoas TTT por visibilidade social possibilitou a inserção delas nos espaços educacionais, e Veiga e Guzzo destacam esse fato, quando afirmam que

A pluralidade de sujeitos se manifesta em seu amplo aspecto, tanto com a inserção de pessoas LGBT, quanto com a entrada de um maior número de pessoas negras e indígenas, que ocupam novos espaços acadêmicos e constroem, além de conhecimento, potência para pensar e agir politicamente. Sabemos que nem sempre foi assim. (2016, p. 190).

Para muitas pessoas, essas são conquistas fúteis que servem apenas para que se sintam superiores a outras, no entanto, é preciso ter consciência de que são pessoas excluídas do meio

social apenas pela sua sexualidade, e que essa é uma das poucas formas de conquistar seu espaço.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Baseado na entrevista feita com uma pessoa trans foi possível perceber o quanto é nítido na universidade, ainda hoje, o desrespeito com eles, e nisso, a pessoa entrevistada, diz que “muitos desistem porque não se sentiram representados dentro do espaço acadêmico”. A partir de um questionário feito com 10 pessoas da Universidade Regional do Cariri- URCA foi visto que apenas 10% das pessoas acham que a URCA é um espaço inclusivo levando a interpretar que uma realidade inclusiva na Universidade só poderá ser conquistada realmente após muitas lutas sociais, já que

[...] a respeito da identidade de gênero, a quebra de paradigmas corporativos a respeito da diversidade e políticas e práticas de Recursos Humanos inclusivas devem ser problematizadas para que possamos alcançar uma sociedade mais próxima possível do que é previsto por lei. (LICCIARDI *et al*, 2015, p. 209).

Por diversas questões que são acarretadas no Brasil na contemporaneidade é que se percebe a necessidade de políticas públicas que insiram essas pessoas nos espaços acadêmicos. Nossa entrevistada, Dandara nome fictício, afirma não conhecer nenhuma política de inclusão para pessoas trans, e por isso diz que acha fundamental que seja implementada, dentre as pessoas que participaram do questionário, 90% concorda em haver políticas públicas e afirmativas para assegurar pessoas TTT na Universidade, já que esta é uma luta “completamente social e coletiva, portanto, esse tema precisa da atenção do Estado e da sociedade para que o desrespeito e a desinformação não sejam fatores constantes nas corporações.” (LICCIARDI *et al*, 2015, p. 209-210).

A implementação de políticas públicas e afirmativas é, como disse Dandara: “uma forma de assegurar e incluir essas pessoas no espaço social, político e educacional”, e a partir dessa inclusão, tornar a universidade mais diversificada, pois essas políticas são uma forma de “[...] desnaturalizar e desconstruir antigos padrões sociais, emerge de suas palavras a necessidade de se debater a “equivalência”, não mais a “igualdade” [...]” (VEIGA e GUZZO, 2016, p. 191), mas para isso, é necessário o diálogo sobre o assunto para que as pessoas percebam ainda mais a importância dessa implementação, já que apenas 60% das pessoas consultadas acham que a URCA é um espaço diversificado.

Essa pesquisa mostra que algumas mudanças já começaram a serem feitas dentro dos espaços acadêmicos, entre essas podemos citar o nome social, que depois de muitas lutas foi conquistado nesse espaço, como também, em outras instituições sociais, nisso, Veiga e Guzzo (2016, p. 190) afirmam que “O nome social é um direito crucial dentro deste processo”, isso quer dizer que a força das lutas em busca do reconhecimento e inclusão estão valendo apenas.

A falta de informação dificulta a inserção das pessoas no mercado de trabalho como relatam Licciardi *et al* que

[...] a mulher travesti e transexual enfrenta dificuldades objetivas e subjetivas que marcam a presença de todas as mulheres no mercado formal de trabalho, porém, pode-se considerar que as travestis e transexuais enfrentem maiores dificuldades que as mulheres cisgêneras uma vez que desafiam as normas de gênero vigentes e não se encaixam nos padrões de comportamento heteronormativos, sofrendo então preconceito e discriminação no mercado de trabalho por serem mulheres e pessoas transgêneras. (2015, p. 210).

Nas falas das pessoas pesquisadas ficou claro que 40% já presenciaram alguma cena de transfobia, bifobia ou homofobia e não faz muito tempo, como também a Dandara destacou que sofria discriminações frequentes na Especialização em Educação Infantil que ela fez na Universidade Regional do Cariri- URCA. No entanto, isso pode ser característica do “[...] despreparo das instituições de ensino e dos professores [...]” (LICCIARDI *et al*, 2015, p. 213), e é ainda pior quando se trata da saúde dos TTT, em que Veiga e Zugno (2016, p. 195) afirmam que ao tentar ser atendido a complicação prevalece e que “O preconceito é evidente na recusa do atendimento médico.”, ou seja, nem todos querem atender uma pessoa que não vai de acordo com a heteronormatividade como a sociedade impõe, pois “A heteronormatividade sustenta a exclusão, enquanto esforços cotidianos são realizados no intuito de vencer barreiras constantemente renovadas e socialmente realimentadas.” (VEIGA e GUZZO, 2016, p. 197).

Dandara diz que o mais importante é “haver respeito, porque se não houver respeito não tem inclusão”, a partir dessa fala é possível perceber que o desrespeito é constante e é nítido dentro da universidade, como quando 100% das pessoas pesquisadas não acham que a URCA é um ambiente seguro, ou seja, a pressão tanto física, quanto psicológica está refletida dentro desse espaço, pois “Apesar de possibilitar processos de identificação e militância, a universidade ainda é um espaço restrito para alguns grupos.” (VEIGA e GUZZO, 2016, p. 200), infelizmente a universidade ainda se limita a algumas pessoas, enquanto outras são excluídas e passam despercebidas por todos, como se não fizessem parte desse meio estudantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre gênero não é fácil, principalmente quando não temos um acervo bibliográfico que pesquise sobre o cotidiano os desafios que determinados grupos sociais enfrentam, no Brasil a gente caminha para um avanço social, porém não podemos desconsiderar que ainda temos muito que fazer para trazer não só a sensação, mas, também, a certeza de um bem-estar social.

As universidades têm um papel muito importante para construção do ser e para o desenvolvimento social, não é por acaso que ela foi objeto de estudo dessa pesquisa, pois além da URCA ser uma universidade pública (que facilita o acesso a pessoa mais carente da região), ela também é um grande monopólio de formação de professores situada no estado do Ceará, na região do Cariri, e infelizmente nesse estado os índices de feminicídios e homofobia são muito presente, em nível de informação, a cidade de Juazeiro do Norte – CE teve 1.500 casos registrados de agressão doméstica, dados esses fornecidos pelo site miséria, logo podemos deduzir como um estado que ainda é muito arcaico com relação a esse assunto, evidenciando a força de uma tradição patriarcalista ainda muito presente na região. Entretanto, a universidade nesse caso, já que forma a maioria dos profissionais que trabalharam na educação infantil, fundamental, média e acadêmica, tem que ter em seu plano um olhar mais apurado sobre essa realidade que acerca mulheres CIS, pessoas transexuais/transgêneros e incluindo toda comunidade LGBTQI+, pois, para a inclusão desses grupos sociais é necessária uma formação pois, a falta de conhecimento é um dos indicadores para a violência que tanto acerca esses grupos.

Podemos dizer que apesar da escassez de autores que dissertem sobre o cotidiano universitário desses grupos, e sobre como esse grupo se organiza socialmente, podemos dizer que nossa pesquisa alcançou todos os seus objetivos. Há alguns pontos a serem esclarecidos, porém, pretendemos continuar com essa pesquisa e trazer mais bases teóricas e relatos dos cotidianos para que futuros profissionais da educação, ou não, possam ler e entender a necessidade de falar sobre gênero.

## REFERÊNCIAS

Ana Maria Veiga e Morgani Guzzo. **“Trans-historizar” o espaço público dentro e fora da academia: desafios para a historiografia e para o feminismo?**. Florianópolis: Revista Esboços, v. 23, n. 35, p. 182-209, set. 2016.



CUNHA, Thaís. Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais. **Correio Braziliense**. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>>. Acesso em: 4 de jun. de 2019.

LICCIARDI, Norma; WAITMANN, Gabriel; OLIVEIRA, Matheus Henrique Marques de. **A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho**. Revista Científica Hermes, núm. 14, julio-diciembre, 2015, pp. 201-218.

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.